A APRENDIZAGEM NA AMBIÊNCIA EDUCATIVA INFANTIL E SUA RELAÇÃO COM O ESPAÇO ARQUITETÔNICO

Bruno Rafael Fernandes, Korina Aparecida Teixeira Ferreira da Costa

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Presidente Prudente, SP. E-mail: korina.arq@gmail.com

RESUMO

Partindo da premissa da importância e influência do ambiente no contexto educativo, principalmente no que diz respeito ao espaço educativo infantil, torna-se imprescindível a melhoria na qualidade desses estabelecimentos - agentes fundamentais no campo do desenvolvimento da primeira infância. Com base nas justificativas e mecanismos expostos, este trabalho levantou, de maneira geral, as possíveis problemáticas e demais questões relacionadas à adequação desses espaços frente às necessidades funcionais e de aprendizagem do mesmo, juntamente com as questões estéticas e visuais, dada a sua clara ineficiência no panorama atual. Se junta a isto a consideração das questões de localidade e da relação entre a coletividade e o meio, e a consideração de equipamentos já construídos, visando à adequação de seus espaços dentro das atividades desenvolvidas, condizentes às novas propostas pedagógicas, bem como a melhoria do suporte espacial e material frente às relações entre a creche e a comunidade.

Palavras-chave: Creche. Ambiente Infantil. Ensino e Aprendizagem. Espaço Arquitetônico.

LEARNING IN CHILD EDUCATION AMBIENCE AND YOUR RELATIONSHIP WITH THE ARCHITECTURAL SPACE

ABSTRACT

Assuming the importance and influence of the environment in the educational context, especially with regard to children's educational environment, it becomes essential to improve the quality of these establishments - key players in the early childhood development field. Based on the exposed justifications and mechanisms, this work up, in general, possible problems and other issues related to the adequacy of these spaces across the functional needs and learning of it, along with the aesthetic and visual issues, given their clear inefficiency in the current scenario. Joins this consideration of locality issues and the relationship between the community and the environment, and the consideration of equipment already built, in order to adequacy of its spaces within the activities developed, consistent with the new educational proposals, as well as improving support space and materials forward relations between the nursery and the community.

Keywords: Kindergarten. Children's Environment. Teaching and Learning. Architectural Space.

1 INTRODUÇÃO

O cuidado dispensado às crianças por outras pessoas que não exclusivamente pelas mães ocorre, historicamente, desde a Idade Média, visto que os filhos de famílias de posses dispunham de amas remuneradas para assisti-los em suas necessidades, ao passo que os pequeninos menos favorecidos economicamente recebiam assistência filantrópica através das obras de caridade das igrejas (SANTANA, 1998).

As instituições dedicadas aos pequeninos, que surgem efetivamente durante a primeira metade do século XIX em vários países europeus, começam a se propagar no Brasil somente na década de 1870 devido à expansão das relações internacionais. Contudo, as creches, escolas maternas e jardins-de-infância, estabelecidas a pouco mais de um século em terras brasileiras, receberam fortes influências da dimensão sociocultural e das representações e conhecimentos sobre a pretérita e incipiente educação das crianças, cujos sinais ainda se manifestam nas propostas, práticas e políticas educacionais que perduram na atualidade. Numa esfera mais estrita e recente, é somente permeando boa parte do século XX que se começa a consolidar a discussão e importância de estabelecimentos específicos ao cuidado infantil como se tem hoje, visto que, de início, apenas as crianças pequenas e sem família eram atendidas por instituições que faziam esse suporte de maneira complementar – como as igrejas e os hospitais (LOPES; FILHO; VEIGA, 2000).

Além do interesse no cuidado infantil, a história demonstra que a creche esteve intimamente ligada a outros interesses que não apenas a criança, surgindo ainda como parte de uma sucessão de iniciativas reguladoras da vida social, envolvendo a industrialização e urbanização crescentes (LOPES; FILHO; VEIGA, 2000). A finalidade a que se destinam encontra respostas nas diferentes conceituações históricas referentes ao termo, que vão desde pretender apenas albergar a criança em um ambiente seguro, atendendo às necessidades básicas de sobrevivência, ou ainda, e, além disso, oferecer um ambiente educativo e de convívio social. Muito embora ainda não se tivesse despertado para a função educacional a que se podia prestar o referido equipamento, ele já possuía na sua origem um considerável valor social quando do atendimento às exigências mínimas de manutenção da sobrevivência e minimização dos efeitos da pobreza das crianças assistidas, mesmo quando não se conseguia oferecer a maior parte do que a criança necessitava. Por conta da ideologia que se veiculava acerca da família, na qual a criação ideal seria aquela caracterizada pela presença constante da mãe junto à criança, os benefícios da creche ficavam obscurecidos, fazendo com que apenas os menos favorecidos a utilizassem. Entretanto, esse estado de coisa foi sendo modificado a partir da década de 70, à medida que o papel da mulher nas diversas classes sociais vinha sofrendo alterações (SANTANA, 1998).

Somente quando as classes mais favorecidas começam a utilizar a creche é que se intensificam os estudos sobre os efeitos desta no desenvolvimento da criança, bem como a importância da inter-relação criança-criança fora do ambiente do lar, identificando nessa ambiência um rico potencial de diversidade e interação social desde a infância (SANCHES, 2003). Começa-se, então, a enxergar a creche não apenas como uma necessidade para as crianças pobres ou filhos de trabalhadoras, mas justamente como elemento indissociável no processo educativo infantil. A partir daí, o aumento do número desses estabelecimentos fora impulsionado pelo estímulo da mão de obra feminina no mercado de trabalho, principalmente as mulheres da classe média, o que fez surgir muitos estabelecimentos particulares, destacados por sua função educativa e de estimulação dos aspectos cognitivos, emocionais e sociais da criança – a creche já não é vista somente como doação ou concessão privada ou estatal, mas, sobretudo como um direito da criança e da família e um dever do Estado. A questão da creche, como se vê, é marcada por movimentos de expansão e retraimento, não deixando dúvida de que esse comportamento se dá em virtude da necessidade de maior clareza de seu papel educacional (SANTANA, 1998).

Conforme aceno geral nos diversos pontos do país, acertadamente a creche foi enquadrada no capítulo referente à educação, tendo, assim, caminhado em direção à definição do seu papel educacional quando a Constituição de 1988, o *Estatuto da Criança e do Adolescente*¹ e a *Lei de Diretrizes e Bases*² concebem a Educação Infantil – definida entre os 0 a 6 anos – como a primeira etapa da educação básica, oferecida nas creches e pré-escolas, diferenciadas entre si exclusivamente pela faixa etária das crianças, desempenhando as funções básicas de educar e cuidar de crianças de até 7 anos, de modo integrado e complementar à família e comunidade. Já a proposta de Política de Educação Infantil, elaborada e difundida em 1993 pelo MEC, juntamente com a reafirmação e operacionalização dos preceitos anteriormente citados, revela a preocupação de não mais serem diferenciados os trabalhos na Educação Infantil em creches e pré-escolas, em nenhum dos seus aspectos: funções, atendimento, origem socioeconômica das crianças e suas famílias, recursos e qualificação de profissionais. Entretanto, considera-se ainda a tradição assistencialista do histórico da creche, onde o desafio consiste na sua integração em uma dimensão educativa, profissionalizando seus trabalhadores, o que implica no melhor atendimento às crianças, nas creches, numa perspectiva de ação educativa intencional e de qualidade (SANCHES, 2003).

Tendo em vista o que foi apresentado, o estudo teve por objetivo levantar as questões

¹ Lei n. 8.069 do ano de 1990 - Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente e dá outras providências.

² Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394, de 20/12/96, art. 29 e 30.

referentes à adequação dos espaços do ambiente da creche frente às necessidades funcionais e de aprendizagem do mesmo, juntamente com as questões estéticas e visuais, dada a clara ineficiência desses equipamentos no panorama atual.

O trabalho se justifica pela importância acadêmica e social da consideração das questões de localidade e da relação entre a coletividade e o meio. Destacou-se ainda, num contexto mais particular, a consideração de equipamentos já construídos, visando à adequação de seus espaços dentro das atividades desenvolvidas, condizentes às novas propostas pedagógicas, bem como a melhoria do suporte espacial e material frente às relações entre a creche e a comunidade e, principalmente, buscando a qualificação desses espaços de suporte a muitas crianças em seu período inicial de desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social.

2 METODOLOGIA

Metodologicamente, o presente trabalho desenvolveu-se a partir de leituras bibliográficas através de materiais teóricos e da coleta de informações e esclarecimentos concernentes ao tema, bem como de análises gerais da relação entre comunidade e ambiente, pretendendo a discussão da qualidade arquitetônica dos referidos espaços de aprendizagem infantil.

A metodologia baseia-se numa investigação bibliográfica e se fundamentará numa abordagem qualitativa de pesquisa, utilizando-se como instrumento um levantamento bibliográfico e documental, que segundo Teixeira (2000, p. 137), busca a correlação entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação, a partir da compreensão dos fenômenos por meio de sua descrição e interpretação. Para o trabalho com o estudo do tipo de levantamento bibliográfico ocorrerá inicialmente um levantamento das principais produções no contexto nacional de estudos, considerando a peculiaridade do objeto de estudo.

Desse modo, percebe-se que a pesquisa qualitativa vale-se do método indutivo, segundo o qual parte da observação, da análise dos fatos particulares, dos registros para compor um quadro compreensivo para então constituir a generalização universal, ou seja, a teoria. O processo de indução vale-se do princípio do empirismo, no qual o conhecer é dar significado à realidade (KÖCHE, 1997, p. 62).

3 A APRENDIZAGEM NO AMBIENTE EDUCATIVO INFANTIL E SUA RELAÇÃO COM O ESPAÇO ARQUITETÔNICO

No panorama da arquitetura escolar, mais especificamente no campo do ambiente assistencial e de ensino do equipamento da creche, destaca-se a importância da questão da

influência do espaço/ambiência no contexto pedagógico/metodológico de aprendizagem.

O ambiente físico escolar se distingue, por excelência, como o sítio do desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, visto que tal produto edificado deve ter como base a análise que resulta na expressão cultural de uma determinada comunidade, em seu contexto social, político e econômico, refletindo e expressando ainda aspectos que vão além de sua materialidade. Soma-se a isso a discussão sobre a ampla e conjunta atuação dos aspectos de ordem arquitetônica, pedagógica e social. Torna-se, portanto, necessário um tratamento multidisciplinar, que vai além dos limites específicos de um só fator determinante e incluem os diversos agentes e atores diretos nesse contexto – insere-se aqui o papel do aluno, do professor-educador, da área de conhecimento, das teorias pedagógicas, da organização de grupos, do material de apoio, bem como da escola e/ou do ambiente como instituição e lugar. Esse contexto espacial da arquitetura escolar nunca está dissipado dos reflexos do contexto cultural, devendo principalmente existir como uma resposta à proposta pedagógica pretendida pela escola ou instituição educacional. Porém, a exigência de reflexões sobre a história e a evolução da linguagem formal e avaliações ambientais, onde se incluem propriamente as questões de conforto e funcionalidade, deve ser o principal fator ponderador da influência na aprendizagem e seu ambiente (KOWALTOWSKI, 2011), visando prioritariamente o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social das crianças.

Com relação às características físicas gerais das creches, ressalta-se que o cumprimento da estrutura física não implica necessariamente na qualidade da assistência e serviços dispensados. Para tanto, destaca-se a necessidade da associação entre estrutura e serviço na tarefa de cuidar da criança, devendo-se buscar a obtenção de um local de vivência e aprendizagem, inseridos num espaço social mais amplo, que deve ser ocupado, criado e habitado (SANTANA, 1998).

Ademais, a postura centralizada nos cuidados confronta-se com a do educar no sentido mais amplo, considerando-se a garantia do ambiente aconchegante e o contato com a natureza, higiene e saúde, alimentação sadia, imaginação e capacidade de expressão, proteção, afeto, expressão de sentimentos e desenvolvimento de sua identidade. Acrescenta-se o direito de aprender a partir de ações com intencionalidade definida pelo educador, a fim de que a criança possa estabelecer relações entre o que sabe e a nova leitura a respeito do que a cerca (SANCHES, 2003), destacando-se ainda o estímulo da equipe de profissionais, indispensável para a qualidade do trabalho desenvolvido (SANTANA, 1998).

Segundo Frago e Escolano (apud SANTOS, 2011, pp. 38-39), o espaço escolar deve ser qualificado ainda como um espaço cultural e dotado de significados que transmitem uma gama de estímulos, conteúdos e valores, considerados como produtivos elementos de educação. Desta

forma, verifica-se que o espaço arquitetônico escolar faz parte de um elemento cultural e pedagógico, desempenhando um simbólico papel no contexto da vida social, afinal, o mesmo se torna dependente de diversos fatores que, uma vez bem resolvidos, podem influenciar a vida das crianças e, conseqüentemente, ser tomado por estas como modelo de qualidade espacial. Por fim, a influência da ambiência escolar e sua arquitetura na aprendizagem infantil se comprova através de algumas correntes pedagógicas, onde o principal elemento, quando se considera a criança, é a utilização didática do espaço e de seu entorno (SANTOS, 2011).

Adentra-se, ainda na discussão presente, no contexto da importância da consideração das particularidades do local e da relação entre a comunidade e o ambiente educativo infantil, visto que como essência dos acontecimentos históricos e da complexa rede de relações que uma intervenção arquitetônica gera ou condiciona, o lugar é criado e recriado através da modificação da paisagem pelo projeto construído. Pode-se, a partir daí, qualificar e adquirir o caráter de particularidade ao sítio, onde o edificado se torna o mediador das tensões e contradições do ambiente em que se implanta (DANTAS, 2011), o que diverge positivamente da realidade atual observada no âmbito da arquitetura dos espaços de educação infantil, onde se tem a constante padronização e implantação repetitiva de modelos preestabelecidos, não mais atendendo de maneira integral as condicionantes estéticas, de conforto ambiental e do meio a ser inserido. Vale ainda destacar, como fator que considera as particularidades do quadro local, a interação com o meio natural e sua direta relação com o delineamento das propostas e a produção do ambiente construído. Em razão de grande parte das atividades humanas se desenvolve em ambientes fechados, incluindo principalmente a maioria das tarefas de aprendizagem, julga-se de extrema importância a expansão de horizontes para a criação de linhas que se estendam, física ou visualmente, para fora dos ambientes encerrados, especialmente nessas ambiências educativas (SANTOS, 2011).

De acordo com Nair, Fielding e Lackney (apud SANTOS, 2011, p. 220), os ambientes escolares cujo principal foco é a aprendizagem devem voltar-se para fora e inserir o contexto coletivo para dentro de seu campo. Isso permite a criação de redes interligadas de relacionamento, em que a comunidade pode enriquecer a escola pelos seus serviços na esfera urbana local e, em contrapartida, oferta-se o espaço escolar à utilização para fomento de diversas atividades socioeducativas e de relações sociais. À efetiva conexão entre a coletividade e a materialidade do ambiente escolar se junta a incorporação e assimilação de seus valores e aspirações para o espaço projetado ou construído, cabendo, para tanto, a observância dos conceitos de localidade e centralidade do edificado, bem como a relação com o comércio local e a infraestrutura

sociocultural existente e, por fim, a efetiva abertura do espaço escolar, o que permite o fomento e a constância dessa benéfica relação figurativa e material (KOWALTOWSKI, 2011).

Adentra-se, enfim, à direta relação entre a arquitetura e os sentidos, dado que a humanização do ambiente construído se faz ainda mais importante quando se trata da ambiência educacional da creche, onde se pode encaminhar a referência do espaço de vivência familiar como artifício para a 'construção' da ambiência do espaço da creche, haja vista que o mesmo é, na maioria das vezes, o local de contato mais duradouro que a criança tem com o meio externo ao contexto domiciliar. Ademais, resta ainda a necessidade de proporcionar uma ambiência de aconchego e abrigo, bem como de resguardo e segurança, onde se faz expressivo o adequado planejamento e condicionamento desses espaços físicos que pretendem dar suporte assistencial, educativo e de convívio social à primeira infância, bem como o efetivo apoio dado através da equipe de profissionais que atuam nesse contexto. A escola, assim como a casa, é uma criação cultural de suporte à coletividade que está sujeita a transformações históricas, podendo conservar significados e estruturas, onde a culturalidade dessas mudanças evidencia o valor programático e, mais ainda, o sentido educador da arquitetura (SANTOS, 2011), destacando-se a valorosa consideração das questões relativas à flexibilidade e adaptabilidade a que essa tipologia exige na atualidade (KOWALTOWSKI, 2011).

Apesar das ambiguidades, o espaço da creche deve ser planejado e organizado em função da criança e da proposta de trabalho educacional que se pretende desenvolver com ela. Desde a efetiva inserção da creche no contexto educacional, uma quantidade significativa dessas unidades começou a atuar por meio de mecanismos que valorizassem a atividade criativa da criança, utilizando-se de oficinas e estimulando o exercício para o raciocínio, do mesmo modo que o ato de *brincar* como o melhor caminho para o trabalho, tido como a mola-mestra para a aprendizagem da criança, onde todo o esforço deve ser canalizado no sentido de garantir que a criança tenha assegurado o direito de aprender da maneira que lhe é peculiar (SANTANA, 1998).

O ato de brincar para a criança é um fator essencial para o seu íntegro desenvolvimento, posto que esteja diretamente ligado às questões de percepção e interação com o meio e, principalmente, à prática educativa. Tal como a atividade lúdica, o espaço é também o lugar de desenvolvimento e aprendizagem para as crianças, sendo, portanto, além do suporte físico e material, o palco de todos os tipos de informações e estímulos recebidos. Pode-se, a partir daí, compreender que a interação espacial é de tamanha importância para as experiências da infância, bem como para a construção de conhecimento através das potenciais interações sujeito-meio (SANTOS, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das assertivas teóricas, depreendeu-se que a importância do estudo da qualidade do espaço da creche se fundamenta na problemática das consequências do mesmo no desenvolvimento das crianças nessa ambiência ao longo do tempo. Na visão de Santana (1998), a creche deve ir além do espaço de abrigo e atendimento das necessidades básicas, oferecendo, sobretudo, um ambiente educativo e de convívio social à criança, sendo de fundamental importância o seu adequado planejamento para atingir esse objetivo. Se junta a isso a compreensão do ambiente da creche e seu contexto, levando em conta os diversos fatores e relações de sua ligação com o desenvolvimento da criança e com a comunidade onde está inserido. Ainda nesse campo, Barros (2011) afirma que a melhoria na qualidade desses estabelecimentos educacionais tem efeitos consideráveis sobre o desenvolvimento social e mental de seus usuários diretos – as crianças.

Por consequência, é importante compreender que o que se passa no ambiente da creche não se trata de algo isolado, sendo um trabalho dinâmico e cuja aplicação depende da participação de profissionais da creche e da influência da mesma junto à família, potencializando a ligação com o contexto, principalmente no que diz respeito às relações de desenvolvimento da criança enquanto pessoa, através de seu contato e interações com adultos e outras crianças. Pode-se, portanto, compreender a necessária adequação da estrutura física para a efetiva realização das atividades, bem como o potencial acesso e abertura do espaço da creche para materializar o importante vínculo com a comunidade, vislumbrando garantir “a continuidade, em casa, do trabalho realizado pela creche” (SANTANA, 1998).

REFERÊNCIAS

- BARROS, R. P. **Uma avaliação do impacto da qualidade da creche no desenvolvimento infantil.** Pesquisa e planejamento econômico, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, ago. 2011. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/primeirainfancia/Artigo_PPE.pdf>. Acesso em: 20 set. 2014.
- KOWALTOWSKI, D. C. C. K. **Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino.** São Paulo: Oficina de Textos, 2011.
- SANCHES, E. C. **Creche: realidade e ambiguidades.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.
- SANTANA, J. S. S. **A creche sob a ótica da criança.** Feira de Santana: Editora da UEFS, 1998.
- LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F.; VEIGA, C. G. (Org.) **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- SANTOS, E. C. **Dimensão lúdica e arquitetura: o exemplo de uma escola de educação infantil na**

cidade de Uberlândia. 363 f. Tese de doutorado. Orientador: Dario Montesano. São Paulo: FAUUSP, 2011.

DANTAS, C. F. A. **Álvaro Siza & Rem Koolhaas: a transformação do “lugar” na arquitetura contemporânea.** São Paulo: Annablume; Brasília: FAC, 2011.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa.** 22. ed. São Paulo: Vozes, 2004.

TEIXEIRA, E. **As três metodologias.** 2ª.ed. São Paulo: Vozes, 2000.